

Comércio manteve-se devido às vantagens mútuas

Lusa

14 Nov, 2013, 16:46 / atualizado em 15 Nov, 2013, 11:22

As relações económicas e empresariais entre Portugal e Angola mantiveram-se porque as trocas comerciais são vantajosas para os dois países, apesar da tensão diplomática que se manteve "artificialmente", considerou hoje à Lusa o presidente da câmara de comércio.

Questionado se a "poeira já tinha assentado", depois do anúncio pelo Presidente de Angola da suspensão da preparação da parceria estratégica entre os dois países, Carlos Bayan Ferreira explicou que "as poeiras mantiveram-se artificialmente no ar", exemplificando com a questão das investigações a altos responsáveis angolanos por parte da Procuradoria-Geral da República portuguesa.

"O arquivamento da investigação do Ministério Público já tinha acontecido há três meses, mas só agora é que foi tornado público", disse, argumentando que "os sistemas de limpeza política têm de funcionar porque as poeiras artificiais causam poluição", referindo-se à importância que os poderes políticos têm na eliminação de fatores que



- + Lidas + Comentadas
- Portugal precisa de mais austeridade, diz Fundo Monetário Internacional
 - Governo estuda formas de desincentivar recurso aos tribunais nos despedimentos

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=695817&tm=6&layout=121&visual=49>

Comércio manteve-se devido às vantagens mútuas

As relações económicas e empresariais entre Portugal e Angola mantiveram-se porque as trocas comerciais são vantajosas para os dois países, apesar da tensão diplomática que se manteve "artificialmente", considerou hoje à Lusa o presidente da câmara de comércio.

Questionado se a "poeira já tinha assentado", depois do anúncio pelo Presidente de Angola da suspensão da preparação da parceria estratégica entre os dois países, Carlos Bayan Ferreira explicou que "as poeiras mantiveram-se artificialmente no ar", exemplificando com a questão das investigações a altos responsáveis angolanos por parte da Procuradoria-Geral da República portuguesa.

"O arquivamento da investigação do Ministério Público já tinha acontecido há três meses, mas só agora é que foi tornado público", disse, argumentando que "os sistemas de limpeza política têm de funcionar porque as poeiras artificiais causam poluição", referindo-se à importância que os poderes políticos têm na eliminação de fatores que podem prejudicar as relações políticas entre os dois países e, por consequência, as trocas comerciais.

Durante o seminário organizado pela Sociedade Rebelo de Sousa Advogados, em parceria com a PriceWaterhouseCoopers e o banco Carregosa sobre o novo modelo de golden visa em Portugal, Bayan Ferreira lamentou que em Portugal "as pessoas andem sempre à procura da mancha na gravata", sublinhando que o importante é mostrar o que está bem na relação entre os dois países.

"A esmagadora maioria dos angolanos e dos portugueses luta pelo estreitamento da relação entre os dois povos, por parte das autoridades, dos empresários e do Governo", disse.

As relações entre Portugal e Angola sofreram alguma tensão depois de, no início de outubro, o ministro dos Negócios Estrangeiros português ter pedido "desculpas diplomáticas" ao Estado angolano pelas investigações judiciais que atingem altas figuras daquele regime, declarações que provocaram polémica em Lisboa.

Dias depois, José Eduardo dos Santos anunciou a suspensão da anunciada parceria estratégica entre Luanda e Lisboa, tendo o chefe da diplomacia, Georges Chikoti, acrescentado depois que Luanda também deixou de considerar prioritária a cooperação com Portugal, elegendo África do Sul, China e Brasil como alternativas.

O Ministério Público português anunciou entretanto o arquivamento, datado de 18 de julho, do processo de investigação ao Procurador-Geral da República angolano, João Moreira de Sousa, concluindo que as operações financeiras efetuadas "se encontravam justificadas" e suportadas numa relação negocial "legítima", sem despertar "censura" em sede criminal.

Na quarta-feira, a Procuradoria-Geral da República anunciou também o arquivamento do inquérito ao vice-presidente de Angola, Manuel Domingos Vicente, a Francisco Higinio Lopes Carneiro, atual governador do Cuando Cubango e à empresa de investimentos e telecomunicações Portmill.

O inquérito tinha sido instaurado "na sequência de uma averiguação preventiva, assente em queixa apresentada por Adriano Teixeira Parreira, por denúncia de transações financeiras em bancos e instituições financeiras portuguesas", referiu a PGR.